



CARGO: ANALISTA TÉCNICO JURÍDICO

CADERNO DE PROVA OBJETIVA

INSTRUÇÕES

Antes de iniciar, confira as páginas de seu Caderno de Prova e a sequência numérica das questões, comunicando qualquer falha ao fiscal para providências, pois não poderá fazê-lo posteriormente.

- ✓ Este caderno contém a Prova Objetiva com 80 (oitenta) questões.
- ✓ O Tempo disponível para realização da prova será de 4h (quatro horas) não havendo prorrogação por qualquer motivo.
- ✓ Para cada questão serão apresentadas 5 (cinco) alternativas designadas pelas letras A), B), C), D) e E). Assinale uma única alternativa para cada questão. Rasura ou marcação em mais de uma alternativa no CARTÃO DE RESPOSTAS, ANULA A MARCAÇÃO DA QUESTÃO.
- ✓ Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites.
- ✓ Exemplo:
- ✓ O Cartão de Respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado, riscado ou manchado, pois este documento é insubstituível.
- ✓ Os três últimos candidatos deverão sair juntos e assinar a ata de sala.
- ✓ Caso utilizado para guardar algum pertence, o invólucro, depois de lacrado, somente poderá ser rompido após a saída do local de provas.
- ✓ Os candidatos somente poderão retirar-se do local de Prova **2h** (duas horas) após seu início, podendo levar consigo o caderno de provas depois de decorridas **3h45** (três horas e quarenta e cinco minutos) do seu início.
- ✓ O Gabarito Oficial Preliminar será publicado dia **06/11/2022**.

FOLHA DE RASCUNHO

-- PROVA OBJETIVA --
Questão 1

O governador de determinado estado da Federação, eleito no ano de 2018, concorre à reeleição em 2022. Considerando-se que ele não tenha ocupado qualquer outro cargo eletivo nos últimos cinco anos, poderá candidatar-se ao cargo de deputado estadual do estado em que o referido governador exerce o mandato seu(sua)

- Ⓐ ex-esposa, de quem se divorciou em 2019.
- Ⓑ atual esposa, com quem se casou em 2020.
- Ⓒ tio, irmão do seu pai.
- Ⓓ filho.
- Ⓔ avô.

Questão 2

Determinada lei nacional prevê procedimentos para o licenciamento ambiental de atividades de lavra garimpeira, e certo estado de Federação, posteriormente à vigência da lei federal mencionada, editou lei que, para atender a interesse regional, esvaziou os procedimentos desse tipo de licenciamento.

Nessa situação hipotética, a lei estadual deve ser considerada

- Ⓐ inconstitucional, pois o estado da Federação extrapolou a sua competência suplementar.
- Ⓑ inconstitucional, por se tratar de assunto cuja competência é privativa da União.
- Ⓒ constitucional, em virtude da competência concorrente do estado na matéria.
- Ⓓ constitucional, em virtude da competência suplementar do estado na matéria.
- Ⓔ constitucional, em virtude da competência comum dos entes da Federação na matéria.

Questão 3

O controle abstrato de constitucionalidade de normas estaduais e federais é previsto no ordenamento jurídico brasileiro desde a entrada em vigor da

- Ⓐ Constituição Federal de 1945.
- Ⓑ Emenda Constitucional n.º 16/65.
- Ⓒ Constituição Federal de 1967.
- Ⓓ Emenda Constitucional n.º 1/69.
- Ⓔ Constituição Federal de 1988.

Questão 4

Para prover a execução de lei federal e para manter a integridade nacional, a Constituição Federal de 1988 possibilita a intervenção federal da União no Distrito Federal e nos

- Ⓐ estados, na primeira situação, e nos municípios, na segunda situação.
- Ⓑ estados, na segunda situação, e nos municípios, na primeira situação.
- Ⓒ estados e municípios, em ambas as situações.
- Ⓓ estados, somente, em ambas as situações.
- Ⓔ municípios, somente, em ambas as situações.

Questão 5

Julgue os itens a seguir, a respeito da constitucionalidade das seguintes leis estaduais de iniciativa parlamentar.

- I A primeira lei versa sobre regime jurídico dos servidores públicos estaduais.
- II A segunda lei trata das atribuições de órgãos da administração pública estadual.
- III A terceira lei dispõe sobre o regime jurídico dos militares estaduais.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item I está certo.
- Ⓒ Apenas o item II está certo.
- Ⓓ Apenas o item III está certo.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 6

A iniciativa para deflagrar processo legislativo que tenha por objeto alterar a organização ou o funcionamento do tribunal de contas de um estado será

- Ⓐ de qualquer parlamentar da assembleia legislativa desse estado ou do governador desse estado.
- Ⓑ do governador desse estado ou do presidente da assembleia legislativa desse estado.
- Ⓒ do próprio tribunal de contas desse estado, dada a sua competência privativa.
- Ⓓ do governador desse estado ou do presidente da República, por avocação de competência.
- Ⓔ de qualquer parlamentar da assembleia legislativa desse estado ou do tribunal de contas desse estado.

Questão 7

A Constituição Federal de 1988 dispõe expressamente que o requisito da relevância da questão de direito federal infraconstitucional para a admissibilidade do recurso especial incidirá, independentemente do valor da causa, nas ações que versem sobre

- A** questões educacionais.
- B** improbidade administrativa.
- C** meio ambiente.
- D** questões de família.
- E** questões tributárias.

Questão 8

A lei de iniciativa do Poder Executivo, que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as despesas relativas aos programas de duração continuada, é a lei

- A** que institui o plano plurianual.
- B** de diretrizes orçamentárias.
- C** do orçamento fiscal.
- D** do orçamento de investimento.
- E** do orçamento da seguridade social.

Questão 9

No âmbito da educação superior, julgue os itens a seguir, a respeito da constitucionalidade das seguintes normas estaduais.

- I A primeira norma assegura a livre criação e a auto-organização de centros e diretórios acadêmicos, e o acesso dos seus membros às salas de aula.
- II A segunda norma garante a livre criação e a auto-organização de centros e diretórios acadêmicos, e a livre circulação das ideias por eles produzidas.
- III A terceira norma assegura a livre criação e à auto-organização de centros e diretórios acadêmicos, e o direito a seu funcionamento no espaço físico da faculdade.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item II está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 10

Entre as atribuições constitucionais expressas na Constituição Federal de 1988, acerca do Sistema Único de Saúde, está a de

- A** proteger a maternidade, especialmente a gestante, independentemente de sua renda.
- B** colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
- C** fiscalizar alimentos, bebidas e águas para consumo humano e animal.
- D** proteger as crianças e os adolescentes, independentemente da renda familiar.
- E** proteger a família, a infância e a velhice, independentemente da renda auferida.

Questão 11

O poder conferido à administração pública para promover a organização de seus órgãos e de agentes subordinados, ordenando a atuação e escalonando as funções, é o

- A** regulamentar.
- B** hierárquico.
- C** disciplinar.
- D** de polícia.
- E** normativo.

Questão 12

O princípio administrativo que indica a necessidade de os agentes públicos agirem honestamente, em conformidade com padrões éticos, de boa-fé e lealdade, é o da

- A** impessoalidade.
- B** supremacia do interesse público.
- C** eficiência.
- D** publicidade.
- E** moralidade.

Questão 13

À luz da atual redação da Lei n.º 8.429/1992, dada pela Lei n.º 14.230/2021, julgue os itens a seguir.

- I O dolo na conduta fica inteiramente caracterizado com a voluntariedade do agente.
- II A omissão decorrente de divergência interpretativa da lei configura ato de improbidade.
- III O particular que celebra contrato de gestão com o poder público está sujeito às sanções da Lei de Improbidade, no que se refere aos recursos de origem pública.
- IV O sucessor daquele que tenha praticado ato de enriquecimento ilícito estará sujeito à obrigação de reparação até o limite do valor do patrimônio transferido.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e II estão certos.
- B** Apenas os itens I e IV estão certos.
- C** Apenas os itens II e III estão certos.
- D** Apenas os itens III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 14

Segundo o entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal (STF), a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas

- A** é possível em qualquer hipótese, de modo a gerar recursos para a aquisição de material e equipamento de pesquisa.
- B** é inviável, por ser o ensino universitário um monopólio do Estado.
- C** é possível, por não ser a matrícula um ato de ensino.
- D** é inconstitucional, por representar afronta à gratuidade do ensino público em estabelecimento oficial.
- E** poderá ser cobrada, desde que respeitada a capacidade contributiva do estudante.

Questão 15

A outorga de serviço público como uma das hipóteses de descentralização é caracterizada pela transferência

- A** de titularidade e da execução do serviço público.
- B** da titularidade, mediante autorização legal, mantendo-se a execução do serviço público.
- C** da execução, mediante autorização legal, mantendo-se a titularidade do serviço público.
- D** da titularidade, por meio de contrato público, mantendo-se a execução do serviço público.
- E** da execução, por meio de contrato público, mantendo-se a titularidade do serviço público.

Questão 16

Considerando as regras relativas à competência no processo administrativo estadual, previstas na Lei Estadual n.º 418/2004, julgue os itens a seguir.

- I A competência é irrenunciável no âmbito do processo administrativo.
- II É vedada a delegação de competência entre órgãos que não sejam hierarquicamente subordinados entre si.
- III O ato de revogação da delegação de competência deve ser publicado no meio oficial.
- IV A avocação de competência é ordinariamente admitida como regra e tem caráter definitivo.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e II estão certos.
- B** Apenas os itens I e III estão certos.
- C** Apenas os itens II e IV estão certos.
- D** Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 17

A modalidade de parceria público-privada em que, necessariamente, a administração pública é a usuária direta ou indireta da prestação do serviço e que envolve, ainda, a execução da obra, o fornecimento ou instalação de bens pelo particular parceiro, denomina-se

- A** consórcio público.
- B** convênio.
- C** concessão patrocinada.
- D** termo de execução descentralizada.
- E** concessão administrativa.

Questão 18

Quando inexistir disposição específica sobre o prazo para a prática do ato pela autoridade responsável pelo processo administrativo, conforme disposto na Lei Estadual n.º 418/2004, ele será, em regra, de, no máximo,

- A** 5 dias.
- B** 7 dias.
- C** 15 dias.
- D** 20 dias.
- E** 30 dias.

Questão 19

A modalidade de licitação que, em regra, é obrigatória para a concessão de serviço público é denominada

- A** pregão.
- B** concorrência.
- C** tomada de preço.
- D** convite.
- E** concurso.

Questão 20

Em mandado de injunção coletivo, para que um impetrante individual se beneficie dos efeitos da coisa julgada coletiva, deve requerer desistência na sua demanda, a contar da ciência comprovada da impetração coletiva, no prazo máximo de

- Ⓐ 10 dias.
- Ⓑ 15 dias.
- Ⓒ 20 dias.
- Ⓓ 30 dias.
- Ⓔ 45 dias.

Questão 21

A respeito das relações de parentesco, de acordo com o Código Civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ O marido pode contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher, sendo essa ação imprescritível.
- Ⓑ O parentesco por afinidade na linha reta e colateral extingue-se com a dissolução da união estável.
- Ⓒ A ação que objetiva provar a filiação é personalíssima, de modo que apenas o filho poderá propô-la.
- Ⓓ Pode-se vindicar estado contrário ao que resulta do registro de nascimento apenas se restar provado que houve erro.
- Ⓔ O parentesco por afinidade abrange os parentes colaterais do cônjuge, incluídos seus primos.

Questão 22

Acerca da disciplina aplicável ao casamento segundo o Código Civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ O tutor não pode casar com a pessoa tutelada enquanto não cessar a tutela, ainda que se prove a inexistência de prejuízo para a pessoa tutelada ou curatelada.
- Ⓑ O casamento pode ser celebrado por procuração, desde que esta seja lavrada por instrumento público e contenha poderes especiais.
- Ⓒ O casamento de menor, que conte com quinze anos completos, pode ser celebrado quando houver motivo plenamente justificável e autorização de ambos os pais ou dos representantes legais.
- Ⓓ O cônjuge sobrevivente não deve casar com o condenado por homicídio culposo praticado contra o seu consorte.
- Ⓔ Apesar de não aconselhável, inexistente vedação para a celebração do casamento entre o adotante e a pessoa que foi cônjuge do adotado.

Questão 23

Conforme disciplina o Código Civil em relação às obrigações solidárias, pode-se dizer que a solidariedade decorre da

- Ⓐ lei, sendo expressamente admitida sua adoção na forma presumida.
- Ⓑ vontade das partes, sendo expressamente vedada sua adoção na forma tácita.
- Ⓒ lei e da vontade das partes, sendo expressamente vedada sua adoção na forma presumida.
- Ⓓ lei e da vontade das partes, sendo expressamente vedada sua adoção na forma verbal.
- Ⓔ vontade das partes, sendo expressamente admitida sua adoção na forma verbal.

Questão 24

Considerando a recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) relativa à sucessão definitiva, assinale a opção correta.

- Ⓐ É necessária, em qualquer hipótese, a abertura prévia da sucessão provisória para que possa ser requerida a sucessão definitiva.
- Ⓑ A abertura da sucessão definitiva deverá, necessariamente, ser precedida da abertura da sucessão provisória quando o ausente contar com oitenta anos de idade.
- Ⓒ A abertura da sucessão definitiva deverá, necessariamente, ser precedida da abertura da sucessão provisória quando datem de dez anos as últimas notícias sobre o ausente.
- Ⓓ É desnecessária a prévia abertura da sucessão provisória quando o ausente contar com oitenta anos de idade e datem de cinco anos as últimas notícias que dele houver.
- Ⓔ Depois de cinco anos do trânsito em julgado da sentença que autoriza a abertura da sucessão provisória, pode-se requerer a sucessão definitiva.

Questão 25

De acordo com as previsões do Código Civil acerca da prescrição, assinale a opção correta.

- Ⓐ A prescrição não corre contra os absolutamente incapazes, tendo início a contagem desse prazo apenas quando a pessoa completa a idade de dezesseis anos.
- Ⓑ As partes podem convencionar livremente a alteração de prazos prescricionais.
- Ⓒ A renúncia à prescrição, por configurar exceção à regra, apenas pode ser formalizada de modo expresso.
- Ⓓ A prescrição iniciada contra uma pessoa tem a sua contagem reiniciada quando passa ao seu sucessor.
- Ⓔ Não é admitida a interrupção da contagem dos prazos prescricionais.

Questão 26

Segundo o Código Civil, pode-se dizer que a pessoa absolutamente incapaz possui capacidade de

- Ⓐ fato e de direito, sendo válido o negócio jurídico por ela celebrado quando judicialmente autorizada sua prática.
- Ⓑ fato, mas não possui capacidade de direito, razão pela qual deve ser assistida, sob pena de o negócio jurídico por ela celebrado ser nulo.
- Ⓒ direito, mas não possui capacidade de fato, razão pela qual deve ser assistida, sob pena de o negócio jurídico por ela celebrado ser anulável.
- Ⓓ fato, mas não possui capacidade de direito, razão pela qual deve ser representada, sob pena de o negócio jurídico por ela celebrado ser anulável.
- Ⓔ direito, mas não possui capacidade de fato, razão pela qual deve ser representada, sob pena de o negócio jurídico por ela celebrado ser nulo.

Questão 27

Considerando a disciplina da herança jacente e da herança vacante no Código Civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ A declaração de jacência torna definitiva a transmissão dos bens ao domínio do estado-membro.
- Ⓑ Com a declaração de vacância, todos os herdeiros legítimos poderão reaver os bens do poder público, não ocorrendo sua exclusão da sucessão.
- Ⓒ Quando todos os chamados a suceder renunciarem à herança, esta será declarada jacente.
- Ⓓ Se os herdeiros necessários não se habilitarem antes da declaração de vacância, poderão reaver os bens declarados vagos, no prazo máximo de cinco anos, a contar da abertura da sucessão.
- Ⓔ Quando todos os chamados a suceder renunciarem à herança, os bens serão arrecadados e passarão para o domínio do estado-membro.

Questão 28

O Código Civil, ao tratar da sucessão legítima, prevê que

- Ⓐ o cônjuge sobrevivente concorre com os descendentes independentemente do regime de bens que houver adotado com o falecido.
- Ⓑ na classe descendente, os filhos sempre sucedem por cabeça.
- Ⓒ o cônjuge sobrevivente, ao concorrer com ascendentes de primeiro grau, terá direito a um quarto da herança.
- Ⓓ não há direito de representação na classe dos colaterais.
- Ⓔ há direito de representação na classe dos ascendentes e colaterais.

Questão 29

Conforme prevê o Código Civil no que tange ao domicílio, assinale a opção correta.

- Ⓐ O domicílio é mais abrangente que a residência, pois engloba o local em que a pessoa natural estabelece sua residência com ânimo definitivo e onde exerce as relações profissionais.
- Ⓑ O domicílio da pessoa que exerce sua profissão em diversos lugares será considerado incerto.
- Ⓒ O domicílio da pessoa natural será apenas o local em que ela exerce atividade profissional.
- Ⓓ O domicílio da pessoa jurídica que possui estabelecimentos em diferentes lugares será o local em que sua sede estiver localizada, por ser onde se encontra sua diretoria.
- Ⓔ O domicílio da pessoa natural será, necessária e unicamente, o local em que ela estabelece residência com ânimo definitivo.

Questão 30

Acerca do Estatuto da Advocacia (Lei n.º 8.906/1994), assinale a opção correta.

- Ⓐ A impetração da ação constitucional de *habeas corpus* é atividade privativa de advogado.
- Ⓑ O advogado empregado poderá realizar sua atividade no regime exclusivamente presencial ou na forma de teletrabalho, sendo possível ao empregador, no curso da relação de emprego e segundo sua conveniência e oportunidade, alterar unilateralmente o contrato de um regime para o outro.
- Ⓒ O advogado substabelecido com reserva de poderes, desde que tenha celebrado contrato com o cliente, pode cobrar honorários independentemente da intervenção de quem lhe conferiu o substabelecimento.
- Ⓓ Os dirigentes de órgãos jurídicos da administração pública fundacional, durante o período da investidura, podem exercer a advocacia em causa própria.
- Ⓔ Os ocupantes de funções de confiança em órgãos da administração pública direta apenas podem exercer, durante o período da investidura, advocacia em causa própria.

Questão 31

Para concretizar o princípio da cooperação, o legislador incluiu a cooperação nacional entre os órgãos do Poder Judiciário no Código de Processo Civil (CPC), estabelecendo que o pedido de cooperação deve ser regido pela atipicidade, dispensa forma específica e abrange

- A** apenas o auxílio direto e a reunião ou apensamento de processos.
- B** apenas a prestação de informações e os atos concertados entre os juízes cooperantes.
- C** apenas o auxílio direto e a prestação de informações.
- D** apenas a reunião ou apensamento de processos e atos concertados entre os juízes cooperantes.
- E** o auxílio direto, a reunião ou apensamento de processos, a prestação de informações e os atos concertados entre os juízes cooperantes.

Questão 32

Regina impetrou mandado de segurança para questionar ato coator que, conforme exposto em sua petição inicial, teria sido praticado por dirigente de autarquia estadual. Com a juntada de informações pela autoridade apontada como coatora, o juiz verificou que o ato havia sido realizado por servidor subordinado ao dirigente indicado na petição inicial, mas, por identificar (i) a existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; (ii) a ausência de modificação de competência em razão da autoridade coatora; e (iii) a manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas, permitiu a continuidade do processamento do mandado de segurança.

Na situação hipotética apresentada, para superar o equívoco quanto à autoridade impetrada, o juiz fundamentou sua decisão na teoria

- A** da causa madura.
- B** da substanciação.
- C** da encampação.
- D** dos poderes implícitos.
- E** eclética da ação.

Questão 33

No que concerne às regras que regem as diversas modalidades de execução existentes no direito processual civil e à sua interpretação pela jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção correta.

- A** O regime de impenhorabilidade do bem de família aplica-se à execução de título extrajudicial promovida pelo credor de alimentos em relação ao executado.
- B** A lei processual isenta do pagamento de honorários de sucumbência o devedor que, citado em execução de título extrajudicial por quantia certa, realize o pagamento em até três dias úteis.
- C** A decisão interlocutória que fixa astreintes em execução de obrigação de fazer se submete ao regime de imutabilidade decorrente de coisa julgada ou preclusão, caso não seja objeto de recurso de agravo de instrumento pela parte interessada.
- D** É possível a emissão de precatório referente à parte incontroversa do valor cobrado por particular em execução contra a fazenda pública, na hipótese de o ente público executado ter oferecido embargos parciais.
- E** Caso o bem litigioso objeto da execução para entrega de coisa certa seja alienado pelo executado, o magistrado prolatará sentença terminativa por perda superveniente do objeto.

Questão 34

Renato requereu cumprimento da sentença transitada em julgado que impôs à determinada fundação de direito privado a imposição de obrigação de fazer. Ocorre que, antes do trânsito em julgado da decisão exequenda, o Supremo Tribunal Federal (STF) examinou ação direta de inconstitucionalidade na qual declarou, sem qualquer modulação temporal, a inconstitucionalidade do ato normativo que servia como único fundamento de validade da sentença objeto da execução.

Na situação hipotética apresentada, de acordo com disposição expressa do CPC, para arguir a inexigibilidade do título executivo judicial fundado no ato normativo considerado inconstitucional pelo STF, a fundação executada deverá utilizar a medida processual denominada

- A** embargos à execução.
- B** impugnação ao cumprimento de sentença.
- C** ação rescisória.
- D** *querela nullitatis*.
- E** mandado de segurança.

Questão 35

De acordo com as regras estabelecidas para o procedimento comum no direito processual civil, assinale a opção correta.

- A** Pedidos contra o mesmo réu somente podem ser cumulados em um único processo quando houver conexão entre eles e quando, para todos os pedidos, corresponder o mesmo procedimento.
- B** Indeferida a petição inicial por ausência de condição da ação, o réu poderá interpor agravo de instrumento no prazo de quinze dias.
- C** Ao alegar a incompetência absoluta ou relativa, o réu terá a faculdade de protocolar a contestação no foro do seu domicílio, hipótese na qual deverá ser suspensa eventual audiência de conciliação ou mediação que já tenha sido designada.
- D** O julgamento antecipado parcial do mérito só será admitido caso um dos pedidos formulados pelo autor se mostre incontroverso, sendo nulo de pleno direito em qualquer outra situação processual.
- E** Durante a instrução de causas que apresentem questões complexas, o juiz poderá substituir o debate oral por memoriais escritos, que devem ser apresentados pelo autor e pelo réu no prazo comum de quinze dias após a audiência de instrução e julgamento.

Questão 36

Consoante o que é disposto no CPC, cabe agravo de instrumento contra todas as decisões interlocutórias prolatadas em primeira instância

- A** na ação de alimentos.
- B** na ação de dissolução parcial de sociedade.
- C** nas ações possessórias.
- D** no processo de restauração de autos.
- E** no processo de inventário.

Questão 37

Assinale a opção que apresenta os requisitos que devem ser cumulativamente identificados para que seja possível, entre outras hipóteses, a concessão de tutela da evidência.

- A** caução idônea e demonstração de perigo na demora da prestação jurisdicional
- B** suficiência da prova documental pré-constituída e caução idônea
- C** suficiência da prova documental pré-constituída e existência de tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante
- D** demonstração de perigo na demora da prestação jurisdicional e existência de tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante
- E** caução idônea e existência de tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante

Questão 38

Com base no regime processual estabelecido para a ação civil pública ajuizada por associação de consumidores para tutela de direito coletivo em sentido estrito, em caso de dano de abrangência nacional, assinale a opção correta.

- A** De acordo com entendimento do STJ sobre a matéria, a competência para julgar a ação será exclusiva e absoluta do foro do Distrito Federal.
- B** Na hipótese de sucumbência recíproca, as custas processuais deverão, em regra, ser rateadas entre as partes do processo, e os honorários de sucumbência devidamente compensados.
- C** O juiz deverá exigir da entidade autora lista nominal com autorização expressa dos associados representados pela associação, porquanto apenas esses associados estarão vinculados ao resultado do julgamento.
- D** A sentença de improcedência, seja qual for seu fundamento, não fará coisa julgada material, visto que, em homenagem ao princípio da prevalência do interesse da coletividade, apenas a sentença de procedência produz coisa julgada para a coletividade.
- E** Após seu trânsito em julgado, a sentença que determine a procedência do pedido produzirá efeitos não apenas no plano coletivo, mas também no plano individual, beneficiando eventuais vítimas que poderão proceder à liquidação e à execução de seus danos individuais.

Questão 39

De acordo com a Lei n.º 8.429/1992 e alterações, nas ações de improbidade administrativa, o regime processual da remessa necessária

- A** não se aplica, porque inexistente reexame obrigatório de sentença, seja qual for o resultado do processo.
- B** somente se aplica às sentenças de improcedência.
- C** somente se aplica às sentenças de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito.
- D** somente se aplica às sentenças de procedência em que houver condenação por ressarcimento de dano ao erário.
- E** se aplica a todas as sentenças de mérito ou terminativas.

Questão 40

A respeito das regras que regem os juizados especiais cíveis e da fazenda pública, julgue os itens a seguir.

- I As microempresas e as empresas de pequeno porte possuem legitimidade ativa para propor ações nos juizados especiais cíveis.
- II Apesar da opção do legislador por um rito baseado na celeridade e informalidade, no sistema dos juizados especiais cíveis, é vedada a utilização de conciliação não presencial, porque o cidadão nem sempre tem acesso a recursos tecnológicos.
- III De acordo com a legislação que disciplina os juizados especiais da fazenda pública, cabe pedido de uniformização de interpretação de lei dirigido ao STJ quando houver divergência entre decisões proferidas por turmas recursais de diferentes estados sobre questão de direito material relacionada à aplicação de lei federal.
- IV Conforme a jurisprudência dominante do STJ, é possível propor nos juizados especiais da fazenda pública a execução de título formado em ação coletiva que tramitou pelo procedimento comum, desde que o valor da execução individual seja inferior a sessenta salários mínimos.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e III estão certos.
- C Apenas os itens II e IV estão certos.
- D Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- E Apenas os itens II, III e IV estão certos.

Questão 41

Acerca das limitações do poder de tributar, assinale a opção correta.

- A O município poderá editar decreto para conceder redução de base de cálculo de imposto de sua competência tributária.
- B Qualquer isenção de impostos dos estados poderá ser concedida por meio de lei complementar.
- C A lei ordinária específica de qualquer dos entes políticos poderá conceder benefícios fiscais sobre ICMS, independentemente do que está previsto em deliberação dos estados e do Distrito Federal.
- D A necessidade de lei ordinária específica para a concessão de benefícios fiscais pode ocorrer em se tratando de impostos.
- E O Estado pode conceder um crédito presumido de ICMS mediante edição de lei específica, calcado nas deliberações feitas pelos estados e pelo Distrito Federal.

Questão 42

No que se refere ao instituto do parcelamento tributário, assinale a opção correta.

- A O parcelamento do total da dívida causa a extinção do crédito tributário quando do primeiro pagamento.
- B O parcelamento, de acordo com o Código Tributário Nacional, tem como consequência a suspensão do processo administrativo fiscal, o qual versa sobre o lançamento do tributo e enseja a extinção do crédito tributário constituído.
- C A moratória estabelecida no Código Tributário Nacional gera, em relação à exigibilidade do crédito tributário, o mesmo efeito do parcelamento.
- D O parcelamento tributário é um direito do contribuinte e pode ser exigido do fisco mesmo se as condições não estiverem previstas na lei.
- E Uma vez realizado o parcelamento pelo contribuinte, esse parcelamento não poderá ser cancelado pelo fisco enquanto durar o prazo estabelecido para o pagamento.

Questão 43

Com referência aos princípios constitucionais tributários, assinale a opção correta.

- A O princípio da legalidade estrita impede a cobrança do tributo no mesmo exercício em que a lei tiver sido publicada.
- B O princípio da anterioridade ou anualidade exige que, para a vigência da lei que tenha aumentado o tributo, haja um prazo de 95 dias.
- C A anterioridade qualificada ou nonagesimal impõe prazo entre a publicação da lei que tenha aumentado o tributo e sua aplicação efetiva.
- D O princípio da anterioridade nonagesimal aplica-se a todas as espécies de tributos.
- E O princípio da anterioridade ou anualidade não se aplica ao imposto de renda.

Questão 44

À luz do Código Tributário Nacional e da Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta relativa a taxas.

- A** Qualquer município pode instituir a cobrança de taxa mesmo que tenha como base de cálculo própria a de outro imposto já instituído.
- B** A taxa é considerada uma espécie de tributo que pode ser cobrado apenas se houver a utilização efetiva de serviços públicos específicos ou divisíveis.
- C** A espécie de tributo taxa, diferentemente dos impostos, pode ser instituída por decreto.
- D** Determinado município pode, no âmbito de sua competência tributária, instituir e cobrar uma taxa mesmo tendo base própria outra taxa instituída no âmbito da competência tributária do respectivo estado.
- E** As taxas devem ter caráter pessoal e são graduadas de acordo com a capacidade econômica dos contribuintes.

Questão 45

De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a opção correta.

- A** Lei complementar pode extinguir tributo criado.
- B** A redução de tributos federais, estaduais ou municipais dependerá de lei.
- C** A dispensa de penalidades vinculadas a obrigações acessórias depende de ato do Poder Executivo local.
- D** A criação de hipótese de suspensão do crédito tributário por meio de lei do ente da federação é permitida, desde que não contrarie o que está previsto em lei complementar federal.
- E** A fixação das alíquotas dos impostos estaduais pode ser estabelecida por decreto.

Questão 46

Segundo o que dispõe a Constituição Federal acerca das leis orçamentárias, assinale a opção correta.

- A** O Plano Plurianual, cuja vigência é de cinco anos, tem a finalidade de traçar um planejamento para a gestão governamental, por mais de um exercício financeiro.
- B** A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas relativas aos programas de duração continuada.
- C** A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o orçamento que vai ser concretizado anualmente, portanto deve ser compatível apenas com as diretrizes políticas estabelecidas pelo atual governo.
- D** A LOA não conterà dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição, por exemplo, a autorização para abertura de créditos suplementares.
- E** A LOAnual conterà, em sua composição, o orçamento fiscal e o orçamento de investimentos das empresas em que o ente da federação detenha, direta ou indiretamente, qualquer parte do capital social.

Questão 47

De acordo com a Constituição Federal, cabe

- A** aos municípios legislar sobre finanças públicas, desde que por meio de lei complementar.
- B** aos estados, por meio de lei complementar, legislar sobre finanças públicas, ficando os municípios vinculados à legislação estadual.
- C** somente à União legislar sobre finanças públicas.
- D** à União, por meio de lei complementar federal, dispor sobre as normas gerais de finanças públicas.
- E** à União, por meio de lei ordinária federal, dispor sobre as normas gerais de finanças públicas.

Questão 48

À luz da Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a opção correta.

- Ⓐ A LRF organiza as finanças públicas e dá transparência ao planejamento em todas as entidades da federação, cujos planos, orçamentos e prestações de contas são instrumentos dos quais o gestor pode ou não lançar mão para aperfeiçoar sua gestão fiscal.
- Ⓑ É requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal a previsão de todos os tributos de competência constitucional do ente da Federação, sendo a arrecadação de tais tributos facultativa, de modo a beneficiar os contribuintes.
- Ⓒ A LOA conterá em anexo o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- Ⓓ A LDO deverá dispor sobre metas para despesas de capital a serem atingidas durante sua vigência, que é de 4 anos.
- Ⓔ A LRF trata de regras direcionadas para as despesas públicas e impõe requisitos para que tais despesas sejam autorizadas, regulares e não lesivas ao patrimônio público, inclusive no que concerne aos procedimentos de licitação para contratação, pela Administração Pública, de prestação de serviços.

Espaço livre

Questão 49

Em um estado da Federação, foi aprovada lei estadual concedendo benefício fiscal a determinado grupo de empresas.

Com base nessa situação hipotética, e considerando o que dispõe a LRF acerca da renúncia de receita, assinale a opção correta.

- Ⓐ A lei que concede o benefício fiscal deverá demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da LOA, bem como estar compatível com as metas de resultados fiscais da LDO, para que não seja necessário aguardar a aprovação de aumento de tributos para compensar as renúncias feitas.
- Ⓑ A lei que concede o benefício fiscal somente terá vigência após a aprovação do aumento de receita proveniente de excesso de arrecadação.
- Ⓒ O cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao custo de cobrança também será considerado como renúncia de receita, sendo-lhe aplicáveis todas as restrições para concessão de benefício de natureza tributária.
- Ⓓ Os subsídios que não impliquem tratamento diferenciado e não tenham relação com diminuição da cobrança de tributos ou contribuições também serão considerados como renúncias de receita.
- Ⓔ O benefício fiscal a ser concedido será considerado como receita do ente público para fins orçamentários.

Questão 50

Com base nas disposições da LRF relativas ao controle de gastos com pessoal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nos últimos dois meses de mandato de chefe do Poder Executivo, é possível conceder aumento para servidores públicos antes não previsto.
- Ⓑ Os poderes da República e o ministério público de cada entidade da federação se submetem a um limite de despesa total com pessoal em relação a receita corrente líquida do respectivo ente.
- Ⓒ O limite imposto para os gastos com despesa total de pessoal na esfera estadual é de 80% da receita corrente líquida do respectivo estado.
- Ⓓ Caso seja ultrapassado o limite para despesas com pessoal imposto aos entes federados, o chefe do Poder Executivo será convocado imediatamente pelo Tesouro Nacional para explicar o acontecido, podendo o respectivo ente receber, de pronto, uma sanção do Poder Executivo federal de não repasse das transferências voluntárias.
- Ⓔ Caso seja ultrapassado o limite previsto na LRF para gastos com pessoal, o poder ou órgão que incorreu no excesso não poderá repor cargos vagos em decorrência de aposentadoria, mesmo na áreas da educação e da saúde.

Questão 51

Suponha-se que, em uma universidade pública estadual, todos os professores universitários trabalhem exclusivamente na docência universitária e nunca tenham tido vínculo com outra instituição pública ou privada. Suponha-se, ainda, que lei complementar do respectivo ente federativo reproduza as regras da Constituição Federal para a aposentadoria. Nessa situação,

- Ⓐ aos 75 anos de idade, os professores de ambos os sexos se aposentarão com proventos integrais, independentemente do tempo de contribuição.
- Ⓑ aos 57 anos de idade, as professoras poderão aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- Ⓒ aos 65 anos de idade, os professores de ambos os sexos poderão aposentar-se com proventos integrais, independentemente do tempo de contribuição.
- Ⓓ aos 70 anos de idade, os professores de ambos os sexos poderão aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- Ⓔ independentemente da idade, os professores considerados permanentemente incapacitados para o trabalho serão aposentados com proventos integrais, no cargo que estiverem investidos.

Questão 52

Pedro, aposentado por invalidez, necessitava da assistência permanente de outra pessoa, razão por que usufruía do adicional de 25% do valor da aposentadoria. Pedro faleceu, tendo deixado como única herdeira Maria, com quem fora casado por 2 anos. Maria deseja pleitear pensão por morte no âmbito do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Nessa situação,

- Ⓐ Maria deve esperar o prazo de 3 meses de carência para poder usufruir a pensão por morte.
- Ⓑ Maria tem direito, na condição de pensionista, a um abono anual no valor correspondente ao benefício.
- Ⓒ o valor do adicional de 25% deve ser incorporado ao valor da pensão por morte.
- Ⓓ o valor da pensão por morte equivale a 50% do valor da aposentadoria do *de cujus*, em razão do tempo de matrimônio.
- Ⓔ se Maria pleitear a pensão por morte em até 120 dias do óbito de Pedro, terá direito aos valores retroativos até a data do óbito.

Questão 53

Assinale a opção correta em relação ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e ao Regime de Previdência Complementar (RPC).

- Ⓐ Em atenção ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, o RGPS e o RPC são contributivos, sendo a filiação a eles obrigatória.
- Ⓑ Em ambos os regimes, admite-se a portabilidade.
- Ⓒ No RGPS são estabelecidos piso mínimo e teto máximo para o recebimento dos benefícios, mas no RPC, não.
- Ⓓ Veda-se a participação no RGPS de participante de RPC.
- Ⓔ Tanto o RGPS quanto o RPC visam tutelar o risco de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e a idade avançada.

Questão 54

João é aposentado por invalidez. Simone é pensionista. Manoel está em gozo de auxílio-doença. Jaqueline está em gozo de salário-maternidade. Pedro está em gozo de auxílio-reclusão.

Considerando-se que todos os indivíduos mencionados na situação são beneficiários do RGPS, é correto afirmar que podem receber a prestação previdenciária conjuntamente com o benefício de auxílio-acidente

- Ⓐ Manoel e João.
- Ⓑ Simone e Jaqueline.
- Ⓒ João, Simone, Manoel e Jaqueline.
- Ⓓ Simone, Manoel, Jaqueline e Pedro.
- Ⓔ João, Simone, Manoel, Jaqueline e Pedro.

Questão 55

No que se refere ao custeio do Regime Previdenciário Próprio dos Servidores Públicos (RPPS) e do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), assinale a opção correta.

- Ⓐ A base de cálculo das contribuições previdenciárias a cargo das empresas é idêntica à base de cálculo das contribuições dos segurados empregados que lhe prestam serviço.
- Ⓑ A base de cálculo das contribuições previdenciárias a cargo do empregador doméstico é igual à base de cálculo do salário-de-contribuição do empregado doméstico a seu serviço.
- Ⓒ Não incide contribuição sobre os proventos de aposentadoria de servidor público vinculado ao RPPS nem sobre os proventos de empregado vinculado ao RGPS.
- Ⓓ A base de cálculo da contribuição previdenciária incidente sobre concursos de prognósticos é a receita líquida auferida nos concursos de prognósticos, sorteios e loterias.
- Ⓔ A contribuição previdenciária no âmbito do RPPS é instituída por lei complementar.

Questão 56

De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Roraima, é dever da administração conceder a servidor público licença para

- Ⓐ dar assistência ao seu pai por motivo de saúde.
- Ⓑ acompanhar cônjuge.
- Ⓒ realizar capacitação.
- Ⓓ tratar de interesses particulares.
- Ⓔ exercer mandato classista.

Questão 57

O acompanhamento e a fiscalização da aplicação da legislação pertinente ao Regime Próprio de Previdência Estadual cabe ao

- Ⓐ Instituto de Previdência do Estado de Roraima.
- Ⓑ Conselho Estadual de Previdência.
- Ⓒ Comitê de Investimentos.
- Ⓓ Conselho Fiscal.
- Ⓔ Conselho de Administração do Instituto de Previdência do Estado de Roraima.

Questão 58

Destina-se a aferir o rendimento do servidor efetivo estável da UERR, ao longo de sua vida funcional, possibilitando-lhe a mobilidade funcional, o

- Ⓐ Subsistema de Avaliação Periódica de Desempenho.
- Ⓑ Subsistema de Avaliação Especial de Desempenho.
- Ⓒ Sistema de Avaliação Ordinária de Desempenho.
- Ⓓ Sistema de Avaliação Individual de Desempenho.
- Ⓔ Sistema de Avaliação de Desempenho Administrativo.

Questão 59

Ana, professora efetiva da UERR, passou de um nível salarial para outro de maior valor, no exercício do mesmo cargo, na mesma classe. Para tanto, ela atendeu a todos os requisitos estabelecidos de tempo de serviço e de avaliação de desempenho, os quais foram considerados com base na classe e no nível da carreira de professor do magistério superior.

Nessa situação hipotética, houve, no caso de Ana, uma

- Ⓐ titulação.
- Ⓑ promoção.
- Ⓒ progressão.
- Ⓓ profissionalização.
- Ⓔ qualificação.

Questão 60

Júlio, professor efetivo da UERR, não foi aprovado no estágio probatório, contudo, antes de ser professor, ele ocupava, como servidor efetivo, outro cargo público.

Nessa situação, como Júlio foi reprovado no estágio probatório na UERR, ele poderá retornar ao cargo público que ocupava anteriormente mediante

- Ⓐ aproveitamento.
- Ⓑ readaptação.
- Ⓒ reintegração.
- Ⓓ recondução.
- Ⓔ revisão.

Questão 61

Com base na Lei n.º 14.133/2021, que dispõe sobre os crimes nas licitações e contratos administrativos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A pena de multa cominada a esses crimes não poderá ser inferior a 2% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
- Ⓑ No crime de contratação inidônea, a pena prevista é a mesma tanto para a modalidade “admitir empresa inidônea à licitação” quanto para a “celebração de contrato com empresa inidônea”, dada a mesma gravidade de ambas.
- Ⓒ A entrega de mercadoria de menor valor, quantidade ou qualidade em relação à prevista em contrato é elemento do tipo penal denominado fraude em licitação ou contrato.
- Ⓓ É atípica a conduta do agente que possibilita contratação direta fora das hipóteses legais, configurando infração administrativa que resulta na revogação do contrato.
- Ⓔ O crime de patrocínio de contratação indevida se consuma quando a celebração do contrato for invalidada pela administração pública.

Questão 62

À luz do que determina a Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013), assinale a opção correta.

- Ⓐ A celebração do acordo de leniência suspende o prazo prescricional dos atos ilícitos, bem como o prazo decadencial para a propositura da ação penal.
- Ⓑ Na esfera administrativa, as pessoas jurídicas poderão sofrer sanções de multa no valor de até 50% de seu faturamento bruto dos últimos dois anos.
- Ⓒ Em regra, a proposta de acordo de leniência se tornará pública desde o início das tratativas, para acompanhamento e eventual impugnação por terceiros interessados.
- Ⓓ As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nas esferas administrativa e civil, pelos atos lesivos praticados em seu interesse ou benefício.
- Ⓔ No processo administrativo para apuração de responsabilidade, a pessoa jurídica terá o prazo de quinze dias para apresentar defesa, contados da devolução da citação cumprida.

Questão 63

Pratica crime funcional contra a ordem tributária, previsto na Lei n.º 8.137/1990, o agente que

- Ⓐ omite informação ou presta declaração falsa às autoridades fazendárias.
- Ⓑ extravia livro oficial ou processo fiscal de que tenha a guarda em razão da função.
- Ⓒ falsifica ou altera nota fiscal, fatura ou qualquer outro documento relativo à operação tributável.
- Ⓓ elabora, distribui, fornece, emite ou utiliza documento que saiba ser falso ou inexistente.
- Ⓔ sonega insumos ou bens, recusando-se a vendê-los, ou os retém para o fim de especulação.

Questão 64

João foi denunciado por inserir dados falsos no sistema da universidade pública em que trabalha, com o intuito de aprovar indevidamente alunos reprovados. A denúncia foi encaminhada ao juiz.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Recebida a denúncia pelo juiz, este notificará o acusado para responder à acusação por escrito no prazo de cinco dias, conforme determinação do Código de Processo Penal.
- Ⓑ O delito cometido pelo réu justifica a decretação de prisão temporária com duração de cinco dias, prorrogável por igual período.
- Ⓒ Em tese, o crime praticado pelo réu admite concessão de liberdade provisória mediante o pagamento de fiança.
- Ⓓ A defesa pode requerer a desclassificação do crime praticado pelo réu para sua modalidade culposa.
- Ⓔ O crime praticado pelo réu é de ação penal pública condicionada e admite retratação até o recebimento da denúncia.

Questão 65

Bruno, professor de uma universidade estadual, solicitou de um aluno determinada quantia para favorecê-lo na avaliação semestral. O favorecimento ocorreu e, no dia marcado para a entrega do pagamento em espécie, o acordo foi descoberto pela autoridade policial, que prendeu Bruno em flagrante.

Nessa situação hipotética,

- Ⓐ Bruno e o aluno deverão responder, em coautoria, pelo crime de corrupção ativa com aumento de pena em razão de o ato ter configurado infração do dever funcional.
- Ⓑ o crime se consumou no momento em que o aluno realizou o pagamento solicitado por Bruno, sendo regular a prisão em flagrante do professor.
- Ⓒ o delegado de polícia poderá arquivar o inquérito policial caso não encontre elementos suficientes que comprovem a materialidade do crime e a autoria de Bruno.
- Ⓓ é cabível a liberdade provisória dada a ilegalidade da prisão, podendo o delegado de polícia representar pela prisão temporária, se considerá-la indispensável à continuidade da investigação.
- Ⓔ o inquérito policial poderá ser instaurado de ofício, visto que se trata de crime de ação penal pública incondicionada, e deverá ser conduzido de maneira sigilosa.

Questão 66

Caso um servidor técnico-administrativo da UERR pratique ato que possa comprometer o pleno exercício da função pública e prejudicar a organização, o funcionamento e a eficiência dos serviços prestados, sua conduta poderá ser apurada em processo disciplinar instaurado

- A** pela comissão permanente de disciplina e ética.
- B** pelo conselho universitário.
- C** pelo diretor de *campus*.
- D** pelo pró-reitor.
- E** pelo reitor.

Questão 67

Ainda que não haja penalidade anterior, estará sujeito à pena de suspensão o servidor técnico-administrativo da UERR que

- A** agredir fisicamente qualquer pessoa no âmbito da UERR.
- B** praticar assédio sexual contra qualquer pessoa no âmbito da UERR.
- C** revelar assuntos sigilosos que conheça em razão do seu cargo.
- D** agir com preconceito de qualquer natureza no âmbito da UERR.
- E** atribuir a terceiros, em qualquer situação, o desempenho de encargos que lhe caiba.

Questão 68

Para efeitos acadêmicos, os *campi* são considerados

- A** diretoria.
- B** unidade administrativa.
- C** unidade descentralizada.
- D** sede.
- E** órgão.

Questão 69

É órgão auxiliar da administração superior da UERR a

- A** Procuradoria Jurídica.
- B** Multiteca.
- C** Secretaria dos Conselhos Superiores.
- D** Assessoria de Comunicação.
- E** Comissão Permanente de Licitação.

Questão 70

Julgue os itens a seguir, relativos a objetivos da UERR que estão expressos em um dos artigos do seu regimento interno.

- I formação acadêmica superior
- II desenvolvimento intelectual
- III extensão e desenvolvimento social no estado
- IV pesquisa científica
- V capacidade para o mercado de trabalho

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e IV estão certos.
- B** Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- C** Apenas os itens I, II e V estão certos.
- D** Apenas os itens II, III e V estão certos.
- E** Apenas os itens II, III, IV e V estão certos.

Questão 71

Criar unidades acadêmicas compete

- A** ao conselho universitário.
- B** ao conselho de ensino.
- C** à diretoria do *campi*.
- D** ao colegiado de curso.
- E** à reitoria.

Questão 72

Julgue os itens a seguir, relativos a tipos de autonomia da UERR.

- I administrativa
- II financeira
- III educacional
- IV científica
- V patrimonial

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e V estão certos.
- B** Apenas os itens II e III estão certos.
- C** Apenas os itens I, IV e V estão certos.
- D** Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 73

Precederá à designação dos coordenadores de curso

- A** o concurso de títulos.
- B** o processo eletivo.
- C** a ordem de antiguidade.
- D** a ordem de merecimento.
- E** a indicação do reitor.

Questão 74

Será desligado do curso discente que

- Ⓐ deixar de realizar, sem justificativa, as provas do semestre em que estiver matriculado.
- Ⓑ deixar de efetuar o pagamento do semestre em que esteja matriculado.
- Ⓒ tiver número de faltas não justificadas superior a trinta dias no semestre.
- Ⓓ não efetuar a matrícula por mais de dois semestres consecutivos.
- Ⓔ for reprovado em todas as disciplinas no semestre em que esteja matriculado.

Questão 75

A UERR poderá utilizar os equipamentos sociais e os serviços, públicos ou privados, existentes na comunidade, para estágio de discentes e para treinamento de seu pessoal, mediante

- Ⓐ termo de colaboração.
- Ⓑ termo de fomento.
- Ⓒ convênio.
- Ⓓ acordo de cooperação.
- Ⓔ cooperação técnica.

Questão 76

Atividade perigosa, que é aquela que implica risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador, dá direito ao empregado ao recebimento de um adicional correspondente a

- Ⓐ 10% sobre o salário mínimo.
- Ⓑ 20% sobre o salário mínimo
- Ⓒ 25% sobre o salário mínimo.
- Ⓓ 30% sobre o salário contratual básico.
- Ⓔ 40% sobre o salário contratual básico.

Questão 77

Acerca do entendimento do TST sobre o intervalo intrajornada mínimo para repouso e alimentação, julgue os itens a seguir.

- I É inválida cláusula de convenção coletiva de trabalho que contemple a redução do intervalo intrajornada.
- II O pagamento do período suprimido pelo empregador do intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação possui natureza indenizatória.
- III Ultrapassada habitualmente a jornada de seis horas de trabalho, é devido o gozo do intervalo intrajornada de, no mínimo, quinze minutos.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 78

Uma autarquia estadual, quando representada em juízo por seus procuradores, estará

- Ⓐ obrigada a juntar o instrumento de mandato e a comprovar o ato de nomeação do procurador.
- Ⓑ obrigada a juntar o instrumento de mandato e a comprovar o ato de nomeação do procurador, sendo essencial que este declare que exerce o respectivo cargo.
- Ⓒ dispensada de juntar o instrumento de mandato e de comprovar o ato de nomeação do procurador, bastando a indicação do número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.
- Ⓓ dispensada de juntar o instrumento de mandato, mas deverá comprovar o ato de nomeação do procurador, sendo essencial que este declare que exerce o respectivo cargo.
- Ⓔ dispensada de juntar o instrumento de mandato e de comprovar o ato de nomeação do procurador, sendo essencial que este declare que exerce o respectivo cargo.

Questão 79

Com relação ao entendimento do TST acerca dos procedimentos processuais e recursais trabalhistas pela fazenda pública, julgue os seguintes itens.

- I Em dissídio individual, estará sujeita ao reexame necessário toda decisão contrária à Fazenda Pública, salvo quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a quinhentos salários mínimos para os Estados e suas autarquias.
- II Em ação rescisória, como regra geral, a decisão proferida pelo TRT não estará sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório quando desfavorável ao ente público.
- III Em mandado de segurança, somente caberá reexame necessário se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 80

De acórdão proferido por TRT em mandado de segurança

- Ⓐ não cabe recurso.
- Ⓑ cabe recurso ordinário, no prazo de oito dias, para o TST.
- Ⓒ cabe recurso ordinário, no prazo de quinze dias, para o TST.
- Ⓓ cabe recurso de revista, no prazo de oito dias, para o TST.
- Ⓔ cabe recurso de revista, no prazo de quinze dias, para o TST.